

18° Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 2 - Memória Social e Poder: os desafios ontemporâneos

**Liberdade: memória, apagamentos e transformações em um bairro da cidade
de São Paulo**

Arlete Fonseca de Andrade

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Há muitos lugares na cidade de São Paulo que apesar de não notarmos estão bem próximos de nós e dispostos a narrar acontecimentos históricos de uma época, de uma população, de um tempo longínquo, desde o período colonial, até os fatos mais recentes. Um destes lugares é o bairro da Liberdade localizado na região central da cidade de São Paulo que no passado foi palco de conflitos sociais e políticos, escravidão, punição e enforcamentos. No presente, dialoga a partir dos poucos patrimônios de pedra e cal que restaram como: a Igreja Nossa Senhora dos Aflitos e a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, e outros sem tal materialidade como: o Cemitério dos Aflitos, o Pelourinho e o Largo da Forca que sofreram apagamentos e foram descontextualizados em função do rápido desenvolvimento urbano e processos migratórios no século XIX. Porém, continuam presentes para serem (re) descobertos em meio às interferências e interlocuções do cotidiano.

O Cemitério dos Aflitos, por exemplo, foi o primeiro cemitério público da cidade de São Paulo - fundado em 03 de outubro de 1775 por Dom Frei Manoel da Ressurreição, então Bispo de São Paulo – a fim de abrigar pobres, condenados da justiça, indigentes, não católicos e escravos. Neste período o sepultamento e a celebração de missas para os falecidos era uma questão de classe social. As famílias católicas abastadas eram sepultadas no terreno das igrejas, já os excluídos, no entorno delas. Com o passar dos anos não havia espaço para sepultar aqueles que não pertenciam às classes privilegiadas, e dessa forma, é inaugurado o Cemitério dos Aflitos.

Com a questão dos sepultamentos resolvida, a Curia Metropolitana decide construir próxima ao Cemitério a Capela Nossa Senhora dos Aflitos (1779) para celebração de missas a população excludente, e também, confortar as aflições dos escravos e condenados da justiça na decisão de suas penas por enforcamento. A oração de Nossa Senhora dos Aflitos era uma das proferidas a fim de consolar aqueles que esperavam pelo pior.

“Senhora dos Aflitos, encheu-se vosso coração de amargura ao vos ser negada hospedagem em Belém. Acolhei em vosso cálido coração, os aflitos que padecem desamparados!

Ave Maria. Glória do Pai. Consolo dos Aflitos rogai por eles!”

(ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO)

A pequena Capela - hoje denominada Igreja - situada próxima aos extintos Largo da Forca e Cemitério dos Aflitos resiste e preserva sua arquitetura original. Escondida e sufocada em meio aos prédios, cumpre sua agenda religiosa semanalmente, abrigando a devoção dos que ali vão para fazer suas preces, promessas, e também, rezar para as almas dos aflitos e injustiçados que já se foram.

Humilde desde sua origem, diz à tradição que “[...] os escravos vindos dos baixos do Carmo, da várzea do Tamanduateí, subiam a Tabatinguera. Paravam estatelados na Igrejinha da Boa Morte. Seguiam ao pelourinho, ali no atual Largo sete de setembro. Viam o suplício dos seus irmãos de cor e destino. Seguiam, não raras vezes, até o Largo da Forca (atual Liberdade), mais ou menos onde hoje se situa a Igreja dos Enforcados. Nesta paragem balouçavam os corpos inanimados dos escravos condenados à morte certa. Seus irmãos de cor e sorte desciam aos Aflitos. E ali compartilhavam a dor de uma vida sem esperanças.”

(ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO)

Somada a importância histórica e social, a Capela acolheu um dos casos mais conhecidos e presentes na memória dos devotos e membros das Igrejas. Trata-se do soldado Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, que aguardou sua sentença na Capela, e, após o enforcamento, foi sepultado no Cemitério dos Aflitos. A seu respeito circulam várias narrativas sobre sua prisão e enforcamento.

A mais popular relata que no dia 23 de junho de 1821 houve um motim no 1º Batalhão de Caçadores de Santos comandado por soldados pelo não pagamento dos soldos pela Coroa há 5 (cinco) anos. Quatro entre os rebeldes se destacaram, entre eles, Francisco José das Chagas. Os quatro soldados foram presos e assumiram a culpa para não sacrificar os demais. Dois deles foram encaminhados para São Paulo: Joaquim José Cotintiba e Francisco José das Chagas. O enforcamento neste período era um “evento” popular, e, no caso dos soldados, deram bastante visibilidade para que todos comparecerem no dia 21 de setembro de 1821.

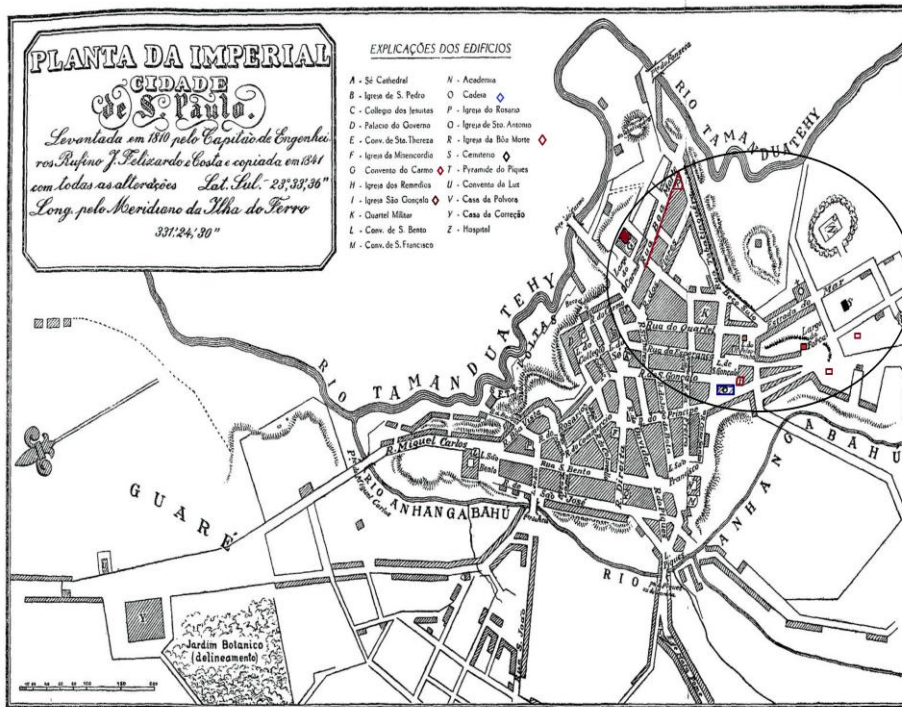
Alguns relatos dizem que no dia do enforcamento a corda rompeu por duas vezes, e outro que foi por três vezes. Duas ou três, o público atribuiu este fato a um sinal de misericórdia, uma benção e pediu para que o poder público o absolvesse gritando Liberdade, o que não veio a ocorrer. Com isso, o misticismo em torno do soldado cresceu e perdura desde então. Muitos devotos o consideraram um santo popular e lhe fazem pedidos, deixam-lhes flores na porta da Capela a fim de receberem uma benção e presentes quando são alcançadas.

Com a extinção da pena de morte em 1874, a Forca foi retirada do local, que hoje é a Praça da Liberdade. No entanto, em resistência aos atos praticados pelo poder público, a população colocou no lugar uma cruz de madeira dando-lhe o nome de Santa Cruz dos Enforcados. Ao pé da cruz os religiosos iniciaram a prática de ascender velas para iluminar o caminho daqueles que foram mortos injustamente, tradição que permanece nas duas Igrejas. Com essa devoção a Cúria decide erguer no mesmo local a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, inaugurada em 1887.

A Forca além da prática de enforcamentos servia de símbolo para reprimir e amedrontar os rebeldes e evitar a fuga de escravos. Algumas fontes históricas informam que antes de ser na Praça da Liberdade, situava-se na Rua

Tabatinguera, próxima ao antigo Convento do Carmo sendo transferida em 1821 a pedido dos monges do convento. O novo local foi escolhido provavelmente pela proximidade do Cemitério dos Aflitos e do Pelourinho – hoje Largo 7 de setembro - onde os escravos fugitivos eram açoitados.

Figura 1: Primeira Planta Imperial da Cidade de São Paulo 1810



- G - Convento do Carmo
- H - Pelourinho/Largo da Força
- I - Igreja de São Gonçalo
- O - Cadeia
- R - Igreja da Boa Morte
- S - Cemitério dos Aflitos
- Igrejas Nossa Senhora dos Aflitos, Santa Cruz das Almas dos Enforcados e de São Gonçalo

Primeira Planta da Imperial Cidade de S. Paulo, pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa (1810) e copiada em 1841. (Legenda e Inscricao das ruas pelo Autor). (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo — Vol. XVI — 1911).

Fonte: <https://sosgisbr.com/2016/01/08/historico-demografico-do-municipio-de-sao-paulo/>

O crescimento populacional na cidade após 1880 e seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento, faz com que o governo de São Paulo pressione a Mitra Diocesana, dona do terreno da região a vender para construção de imóveis e ruas. Na formalização deste processo, o Cemitério dos Aflitos é extinto e no local foram construídas diversas casas e ruas solapando os restos mortais dos sepultados, pois não há registros e informações sobre a retirada das ossadas. Além disso, a maioria eram escravos, não católicos, indigentes e condenados e muitos não obtinham nem sequer certidões e documentos pessoais para obtenção dos registros de óbitos.

A notar, a cidade de São Paulo até meados do século XIX era muito rudimentar, pouco produtiva e despovoada comparada com outras mais desenvolvidas como Rio de Janeiro e Bahia. Em 1854 havia apenas 23.834 habitantes e desta população 29,7%, era de escravos¹. Alguns historiadores atribuem esta condição na dificuldade de acesso à cidade, pois ainda não existia o caminho do mar, e a ligação com o oceano favorecia não somente o desenvolvimento do comércio local através da importação e exportação de alguns produtos, mas também, a comunicação com outros povos. Na opinião do historiador Rubens Borba de Moraes “a causa da pobreza paulista estava na falta de comunicação com o mar.” (SAINT-HILAIRE, 1972)

Outra questão relevante neste período em São Paulo se refere à forma de escravidão bem diferente da área rural. Não havia senzalas como nas fazendas e os escravos circulavam pela cidade cumprindo ordens de seus senhores, exerciam funções de cozinheiros, cocheiros, quitandeiros, ferreiros, sapateiros, pedreiros e alugados à Câmara para prestar serviços públicos conhecidos como escravos “de ganho”.

Desse modo, a circulação dos escravos nas ruas da cidade era muito comum, o que favoreceu uma aproximação maior com e no espaço em comparação aos que viviam na área rural presos nas senzalas. Com essa prática, a cidade passa a ser para eles um meio de integração e socialização. As pontes e os chafarizes - para buscar água - eram alguns dos pontos de encontro. No Largo da Memória, região central, ainda existe um destes chafarizes e o mercado de escravos ficava onde hoje é a estação Anhangabaú. Outro local importante era o bairro da Bela Vista, Bexiga, que abrigou escravos libertos, fugitivos e descendentes, vivendo em cortiços e moradias coletivas antes da chegada do imigrante europeu no século XIX. (WISSEMBACH, 1998)

¹ Dados obtidos no livro, Brancos e Negros em São Paulo de Florestan Fernandes e Roger Bastide

No início do século XX, a cidade passa por outro processo migratório com a vinda dos japoneses. A maioria foi para as cidades do interior do Estado trabalhar na lavoura. Com o fim de seus contratos de trabalho, migram para a capital fixando-se no bairro da Liberdade causando um desequilíbrio social/habitacional pela falta de planejamento urbano. Na acolhida aos imigrantes japoneses a população local acabou sendo empurrada para a Baixada do Glicério ou Várzea do Glicério. Hoje o bairro pertence ao Distrito da Liberdade, e ainda é considerada uma das áreas mais degradadas da cidade, abrigando população de baixa renda, oriunda de processos migratórios da região norte e nordeste do país vivendo em cortiços, em edifícios residenciais antigos e deteriorados, assim como ocorreu no bairro da Bela Vista. Embaixo do elevado e ruas adjacentes habitam pessoas de diversas ocupações. São catadores de material reciclado, moradores de rua, ambulantes, albergados, empregados do comércio, serventes do serviço público, pequenos comerciantes, policiais, traficantes, usuários de crack, prostitutas, desempregados, entre outras. Um local e população que se aproximam ao lumpesinato

Outro fator de transformação no bairro da Liberdade é a diversidade e convivência religiosa que o território apresenta. São várias igrejas católicas do período colonial, e inclusão de outras religiões e seus templos e práticas como: orientais (Xintoísmo e Budismo), africanas (Umbanda e Candomblé), ocidentais (Protestantismo e Espiritismo) e mais recentes – de uma década para cá – as evangélicas e esoterismo, em meio às várias lojas comerciais que disputam espaço na venda de todos os símbolos religiosos.

Essa riqueza de temas e relações estimula antropólogos e sociólogos a pesquisador as diversas categorias que o espaço apresenta. Como bem observa Eunice Durham ao dizer que a antropologia tem muito a contribuir não somente nos estudos voltados para as tribos indígenas

“[...] mas muito do que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana ou que constitui reminiscência de um passado recente: os hábitos e valores dos moradores de Copacabana tanto quanto o modo de vida dos bairros da periferia, das favelas e da população caipira; a umbanda e o pentecostalismo ao lado do catolicismo tradicional e das comunidades de base da igreja renovada; a família operária e a das camadas médias; os movimentos sociais urbanos e as formas de lazer popular; o feminismo e a sexualidade. Estamos, em suma, produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos.” (DURHAM, 17, 1986)

Sobre os lugares e acontecimentos que o bairro da Liberdade nos apresenta, podemos refletir também sobre a concepção de patrimônio, porém, restringindo e contextualizando a forma que aqui será tratado. A saber, a concepção de patrimônio não é atual. Está presente desde o mundo clássico e abrange vários significados e categorias como financeiro, imobiliário, cultural, arquitetônico, artístico, entre outros, podendo ser de família, país e pessoa. Neste caso, a referência é o patrimônio enquanto entendimento da vida social e cultural e de construção cotidiana. Porém, essa categoria na atualidade tende cada vez mais adquirir sentido mais individualizado e menos de grupo em função dos interesses políticos e econômicos em relação à categoria. Talvez seja por isso que necessitamos de lugares para recorrer à memória no sentido material e simbólico. No caso em questão, a presença e prática dos devotos, grupos vivos que comungam suas experiências, vivências e preces na antiga Capela e Igreja misturam-se com as do passado e traz a memória dos excluídos e injustiçados. São eles que mantêm os fatos vivos e atuais.

As Igrejas Nossa Senhora dos Aflitos e Santa Cruz das Almas dos Enforcados perpetua o patrimônio de pedra e cal e o intangível, narram hábitos, práticas cotidianas e os infortúnios de uma época passada apesar das dobras e

apagamentos do tempo em função do crescimento desgovernado da cidade. Tais narrativas são reinventadas, estão vivas proporcionando novas visões e ocupação. O catolicismo popular, neste processo tem papel fundamental no diálogo entre memória e lugar na relação dos devotos com os santos populares reconhecidos pelo povo e presente nas manifestações de fé e devoção, principalmente quando sua morte transforma-se em comoção social.

Ao visitar a Igreja Nossa Senhora dos Aflitos, pude constatar tal argumento. Na porta de entrada há muitos pedidos escritos em pequenos pedaços de papel que são colocados entre os vãos da madeira pelo lado de dentro, e faixas e velas em agradecimento a Chaguinhas pelas graças alcançadas. Outra questão relevante é a presença das religiões de matriz africana. Na entrada da Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados a função das mães de santo mantém uma tradição e herança familiar que vem desde o período colonial. No velário era comum encontrar velas pretas e vermelhas ou marcadas com fitas e oferendas (pão, arroz, feijão) para as almas famintas, prática não mais permitida pela igreja.

Além do patrimônio cultural e religioso existe uma grande diversidade em relação aos frequentadores do bairro com lojas próximas as igrejas que comercializam símbolos de todas as religiões que vão das ocidentais até as esotéricas. Um hibridismo que se iniciou no período colonial entre diferentes povos, culturas, territórios, cruzamentos de fronteiras que “[...] modificaram conceitos sobre identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo.” (CANCLINI, 2006, XVII), e nas línguas, que coexistem e dialogam desde a modernidade. Porém, o processo de hibridação cultural ao mesmo tempo em que aproxima e favorece a inter-relação entre diferentes culturas, também gera conflitos e exclusão por grupos hegemônicos quando se tratam de pertencimento, identidade e territorialidade, excluindo populações migrantes deste processo e do desenvolvimento local - cidades, estados, países, grupos e classes - que resulta na necessidade de reinventar/recriar o mundo que habitam a partir de sua dimensão, expressão e convivência. Talvez por isso que muitos lugares passam

por apagamentos pela intolerância de classes em relação à presença dessa diversidade étnica/cultural.

Entre (re)descobertas, apagamentos e transformações, os lugares de memória e consciência, englobam em termos de patrimônio, do concreto ao abstrato, do material ao simbólico, coexistindo no mesmo espaço e objeto. A esse respeito Pierre Nora diz:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p.21-22)

Os lugares contam suas próprias histórias, estão vivos, eternizados e nos revelam passagens que nem sempre estão nos livros. Eles despertam em nós imagens de um tempo. O Cemitério dos Aflitos, por exemplo, apesar da urbanização ter apagado suas impressões visíveis, as religiões – as igrejas dos aflitos e dos enforcados e os devotos - são seus interlocutores e nos mostram sua existência, assim como o Largo da Forca e o Pelourinho que a memória nos recorda, pois em algum momento existirá alguém a pesquisar ou mencionar estes

territórios. Além disso, a literatura e o cinema têm papel relevante ao abordar temas que a história guarda em gavetas e armários, possibilitando que os lugares possam ser seus próprios protagonistas, despertando nosso imaginário.

Na literatura, por exemplo, existem vários contos que abordam bem esta questão. Dois deles, um de Jorge Luís Borges, “A Biblioteca de Babel”, que o narrador é a própria biblioteca, descrevendo o tempo, seus espaços, livros e símbolos. O outro é de Ítalo Calvino, “A Cidade e os Mortos”, que trata os lugares a partir do imaginário e da memória. A narrativa do conto parte daqueles que estão na cidade, os que se foram e a renovação daqueles que assumem seus lugares ou a alteração que causa no espaço quando alguém abandona seu papel. Um trecho do conto que dá sentido a este apontamento diz:

Em Melânia, todas as vezes que se vai à praça, encontra-se um pedaço de diálogo: o soldado jactancioso e o parasita, ao saírem por uma porta, encontram o jovem esbanjador e a meretriz; ou, então, o pai avarento, da soleira, dá as últimas recomendações à filha amorosa e é interrompida pelo servo idiota que vai entregar um bilhete à alcoviteira. Anos depois, retorna-se a Melânia e reecontra-se a continuação do mesmo diálogo; neste ínterim, morreram o parasita, a alcoviteira, o pai avarento, mas o soldado jactansioso, a filha amorosa e o servo idiota assumiram os seus lugares, substituídos, por sua vez, pelo hipócrita, pela confidente, pelo astrólogo.

A população de Melânia se renova: os diálogadores morrem um após o outro, entretanto nascem aqueles que assumirão os seus lugares no diálogo, uns num papel, uns em outro. Quando alguém muda de papel ou abandona a praça para sempre ou entra nela pela primeira vez, verificam-se mudanças em cadeia, até que todos

os papéis sejam novamente distribuídos; mas enquanto isso o velho irado continua a retorquir a camareira espirituosa, o usurário não pára de perseguir o jovem deserdado, a nutriz de consolar a enteada, apesar de que nenhum deles conserva os olhos e a voz da cena precedente.

Às vezes acontece de um único dialogador manter simultaneamente dois ou mais papéis: tirano, benfeitor, mensageiro, ou de um papel ser duplicado, multiplicado, atribuído a cem, a mil habitantes de Melânia: três mil para o papel de hipócrita, trinta mil para o de embusteiro, cem mil filhos de reis desventurados que aguardam o devido reconhecimento.

Com o passar do tempo, os papéis não são mais exatamente os mesmos de antes; sem dúvida a ação que estes levam adiante por meio de intrigas e reviravoltas conduz a algum tipo de desfecho final, que continua a se aproximar mesmo quando a intriga parece complicar-se cada vez mais e os obstáculos parecem aumentar. Quem comparece à praça em momentos consecutivos nota que o diálogo muda de ato em ato, ainda que a vida dos habitantes de Melânia seja breve demais para que possam percebê-lo. (CALVINO, 1998, 76-77)

Em concordância ao conto de Calvino, recordo-me de uma experiência pessoal que participei chamada “O Livro e o Lugar” em que consistia em uma caminhada pelo centro velho da cidade, e a cada ponto um poema seria dito. Esta atividade motivou-me a desenhar os lugares e escrever um texto de uma observação detalhada da paisagem que o espaço e o tempo se apresentavam; sua arquitetura, adereços, portas, janelas, sacadas, o envelhecimento e o abandono dos vários prédios históricos junto a uma atmosfera do passado despertando o imaginário como se os lugares estivessem narrando suas próprias

memórias onde o propósito da dimensão de patrimônio são as relações sociais e culturais que o espaço abriga. O texto que produzi diz:

Ao caminhar atentamente pelas ruas centrais da cidade - que os manuais históricos indicam o descobrimento de uma terra, de um lugar que antes já existia e com ela uma nação guerreira, de cabelos negros e livres - vi a memória florescer intensificada por uma voz que relatava lugares por muitos já esquecidos. O cenário e a voz me levaram a lugares além do somente ver e pensar. Pude sim, imaginar e criar uma atmosfera infinita de feitos e momentos cotidianos. Pensei em velhos nomes, casarões, pessoas e muitos rios e nascentes encobertos pela civilização. Quis apagar o mapa que nos ensinaram e criar o meu próprio. Mapa dos lugares que passei, viajei, desenhei e pinte. Naquelas imagens, inseri meu momento e vontade de pertencimento ao tempo e lugar por onde andei. E assim fiz. Meus passos me levaram a um percurso real e imaginário: ruas, largo e viadutos até a Consolação para lá receber um acalento. Nomes não importam, e sim, o tempo que se transpõe nas imagens. São tantos poemas, histórias, momentos que um mapa não sustentaria suas aspirações e inspirações. Assim como o Mapa Mundi de Ptolomeu, que possui coordenadas geográficas incorretas, e ventos representados por cabeças, o meu também é coordenado por cores, dores, amores, medos, lutas, nascimento, falecimento e ressurreição embaixo e acima da Terra.²(ANDRADE, 2015)

Fora as artes, a antropologia e a sociologia vêm atuando de forma significativa neste campo, produzindo pesquisas e abrindo novas perspectivas sobre a categoria de patrimônio nos estudos culturais e museológicos. No caso da

² Texto: Arlete Fonseca de Andrade para a atividade O Livro e o Lugar

antropologia, pode-se dizer que ela nasceu nos museus com o propósito de preservação a partir da investigação dos primeiros pesquisadores no trabalho de campo, coletando objetos e documentos e nos estudos mais recentes em relação à memória social e as construções discursivas das sociedades/nações modernas sobre patrimônio nacional de caráter arbitrário e homogêneo reproduzindo concepções alusivas a toda sociedade.

Na contramão dessa cultura da exaltação aos patrimônios hegemônicos, há poucos lugares que tratam do avesso, isto é, do não herói, do excluído, das práticas cruéis institucionalizadas como no tema desta pesquisa em que não há o que exaltar, e sim, adquirir consciência de sua existência. No Brasil, por exemplo, há pouquíssimos lugares que traz essa questão. Temos o Memorial da Resistência de São Paulo que se dedica a preservar referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade) que ocupa parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS, e o Museu da Loucura, que faz parte do projeto “Memória Viva” que traz a história do hospital psiquiátrico de Barbacena construído em 1922, o lendário Hospital Colônia de Barbacena, responsável pelo genocídio de aproximadamente 60 mil pessoas entre os anos 1903 e 1980 que ficou conhecido como o Holocausto Brasileiro.

A obra “Lugares de Memória” de Pierre Nora é fundamental para o entendimento desta questão, pois o historiador faz a crítica ao patrimônio concebido pelo Estado/Nação Francês contido em manuais e ensinado nas escolas, enciclopédias e agências de turismo. No seu entender, estes lugares

“[...] surgiram nas sociedades ocidentais modernas como fragmentos de uma memória em franco desaparecimento. A ação da História moderna, calcada numa representação linear do tempo e numa reconstrução sempre problemática do que não existe mais,

teria condenado ao fim da memória coletiva. O fato de se falar tanto em memória seria para Nora, um sintoma de que esta não mais existiria, tendo sido substituída pela História. [...]” (ABREU, LIMA FILHO, 2007, 26)

É neste sentido que os lugares de memória e os processos de fragmentação e apagamentos em relação aos acontecimentos históricos no bairro da Liberdade estimulam (re)descobertas e possibilidades de reconhecimento e ressignificações fundamentais para a construção identitária e cultural de um povo/grupo/nação, pois queira ou não, pertencem à dimensão do patrimônio independente da discussão que suscita atualmente em torno da categoria sobre material (pedra e cal) e imaterial (intangível como: lugares, festas, religiões, música, dança, culinária, etc.). O que se pode considerar em síntese é que patrimônio é um atributo de pertencimento da cultura humana em sua amplitude, seja no contexto individual ou coletivo, com significados e construções simbólicas, religiosas e sociais que ultrapassam fronteiras temporais e geográficas. O bairro da Liberdade contempla todas estas dimensões e contextos sobre o material e imaterial, de um tempo passado e presente, sua riqueza em diversidade e representações.

Referências Bibliográficas:

Andrade, Arlete Fonseca de, As Estrambóticas Aventuras de Cornélio Pires e a Cultura Caipira no Cenário Hegemônico da Cultura Brasileira, Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2012

Arquidiocese de São Paulo, Igreja Nossa Senhora dos Aflitos. Disponível em:

<http://www.arquisp.org.br/regiaoose/paroquias/mosteiros-igrejas-historicas-oratorios-da-regiao-se/igreja-nossa-senhora-dos-aflitos>. 28/05/2017

Bloch, Marc, Introdução à História, Ed. Lisboa, Europa-América, 1965

Burke, Peter, A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia, São Paulo, Ed. UNESP, 1989

_____, A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Ed. UNESP, 1992

Bakhtin, Mikhail, Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento, Ed. Hucitec, 1999.

Benjamin, Walter, Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política, Ed. Brasiliense, 1994.

Borges, Jorge Luís, Aleph, Ed. Globo/MEC, 1972.

Calvino, Ítalo, Cidades Invisíveis, Ed. Cia das Letras, 2000.

Canclini, Néstor, Culturas Híbridas, Ed. Edusp, 2006.

Cardoso, Ruth, (org.) A Aventura Antropológica, Ed. Paz e Terra, 1986

Chagas, Mário; Abreu, Regina, Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos, Ed. Lamparina, 2009.

Didi-Huberman, Georges, Diante do Tempo: história da arte e anacronismo das imagens, Ed. UFMG, 2015.

Eckert, Cornélia. Beltrão, Jane Felipe. Lima, Manuel Ferreira Filho, (org.) Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos, Ed. Nova Letra/ABA, 2007.

Fernandes, Florestan, Brancos e Negros em São Paulo, Ed. Global, 2008.

Geertz, Clifford. Interpretação das Culturas, Ed. Zaha, 1973.

Halbwachs, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Ed. Vértice, 1990.

Nora, Pierre, Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, 1993.

Ortiz, Renato: Cultura Brasileira e Identidade Nacional, Ed. Brasiliense, 1985.

Saint-Hillaire, Auguste. Viagem a Província de São Paulo, Ed. Biblioteca Nacional, 1972.

Stam, Robert. Bakhtin da teoria literária à cultura de massa, Ed. Ática, 1992.

Wissenbach, Maria Cristina Cortez, Sonhos africanos, vivências ladinhas, escravos e forros em São Paulo, ed. Hucitec, 1998